

# *Dinâmicas* Transfronteiriças *Brasil-Peru*

Ano III ❖ 3ª edição ❖ outubro de 2014

*Nesta edição um especial sobre:*

## OS POVOS INDÍGENAS ISOLADOS

A participação das  
comunidades indígenas  
na proteção  
dos povos isolados.  
*página 9*

Plano de Gestão  
Territorial e Ambiental  
da TI do Rio Humaitá:  
atualização sobre  
os índios isolados.  
*página 10*

Articulação Binacional  
para o Monitoramento  
de Índios Isolados  
na região Acre-Peru.  
*página 12*

DEPOIMENTO INÉDITO DE EDWIN CHOTA, LIDERANÇA DA COMUNIDADE NATIVA ALTO  
TAMAYA-SAWETO, ASSASSINADO EM SETEMBRO DE 2013

DEBATE SOBRE  
AS INVASÕES MADEIREIRAS  
NA FRONTEIRA ACRE-PERU *p. 22*

ENCONTROS E INTERCÂMBIOS  
DO GRUPO DE TRABALHO  
TRANSFRONTEIRIÇO *p. 15*

BREVE HISTÓRICO DOS ESTUDOS  
PARA PROSPECÇÃO DE GÁS E  
PETRÓLEO NO ALTO JURUÁ *p. 28*

# DEZ ANOS DE ARTICULAÇÃO ENTRE OS POVOS INDÍGENAS NA FRONTEIRA BRASIL-PERU

Uma década de articulação entre as comunidades indígenas e tradicionais, as organizações da sociedade civil, e os governos do Brasil e Peru resultaram em cerca de 30 encontros e intercâmbios onde os participantes dos dois países discutiram problemas comuns e específicos, trocaram experiências sobre iniciativas bem sucedidas de gestão territorial e ambiental, e definiram estratégias para a proteção de seus territórios e para a incidência sobre as políticas públicas que os afetam. Os encontros realizados pelo Grupo de Trabalho Transfronteiriço (GTT), criado um ano após o início das discussões, em 2005, têm servido como espaço de intercâmbio e interlocução sobre as experiências e problemáticas da região de fronteira Brasil (Acre) - Peru (Ucayali - Madre de Dios).

Ao longo desses dez anos de encontros e articulações entre as comunidades, lideranças Ashaninka do Peru visitaram as aldeias das terras indígenas do lado brasileiro (Kampa do Rio Amônia e Ashaninka/Kaxinawá do Rio Breu), além da Escola Yorenka Átame, no município de Marechal Thaumaturgo, no Acre. Destacamos o estreitamento das relações entre a Associação Apiwtxa do Rio Amônia

e a Aconadiysh (*Asociación de Comunidades Nativas para el Desarrollo Integral de Yurua Yono Sharakoiai*). Em maio de 2011, foi assinado o Convênio Marco de Cooperação Interinstitucional, em que as organizações estabeleceram a colaboração para atividades conjuntas relacionadas ao uso, manejo e conservação da biodiversidade, educação ambiental, ordenamento territorial e proteção dos índios isolados. No documento, também manifestaram posicionamento contrário ao ingresso de empresas madeireiras, petrolíferas e mineiras na região.

Outro destaque foram os acordos firmados entre a comunidade Vida Nova, localizada na Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu, com a comunidade Coshireni, do Peru, para o uso compartilhado do território e dos recursos naturais, e para a proteção e vigilância do território, contra caçadores e pescadores ilegais, conforme o documento Declaração Em Defesa da Gestão Territorial e Ambiental e do Direito de Consulta Livre, Prévia e Informada na Fronteira Acre-Ucayali, firmado em abril de 2012.

Ressaltamos as ações de proteção da fronteira, realizadas entre as comunidades Apiwtxa e

Alto Tamaya-Saweto. Em setembro de 2011, mobilizaram o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA), o Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a Polícia Federal, para uma ação de fiscalização, denominada Operação Açaí, que apurou a extração ilegal de madeira na fronteira.

As parcerias firmadas entre a Comissão Pró Índio do Acre (CPI-Acre), a Federación Nativa del Río Madre de Dios y Afluentes (FENAMAD), e a organização peruana ProPurus, para a troca e o nivelamento de informações geográficas sobre as referências dos índios isolados foram de extrema importância, pois visam contribuir para a elaboração de um Plano de Proteção Binacional.

Outra conquista é a aprovação pelas organizações indígenas dos departamentos peruanos de Ucayali e Madre de Dios, no Peru, e do estado do Acre, no Brasil, para a consolidação do Corredor Territorial onde habitam e transitam os povos indígenas isolados na região de fronteira.

Destacamos a criação da Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável, dentro do Núcleo de fronteira do Acre, um espaço político de diálogo entre governo e sociedade civil a respeito da situação dos povos indígenas e tradicionais. Além da realização do etnomapeamento da fronteira, na região do rio Juruá, onde estão localizadas as TIs Kampa do Rio Amônia, Kaxinawá Ashaninka do Rio Breu, no Acre, e as Comunidades Nativas Alto Tamaya - Saweto, Sawawo, San Pablo, Dulce Gloria, em Ucayali, no Peru, com a participação de

representantes indígenas dos dois países.

Durante os últimos dez anos, esses encontros e articulações contribuíram para dar visibilidade aos problemas sociais e ambientais que vêm ocorrendo na região de fronteira Acre-Peru, e à situação dos povos indígenas isolados e suas ameaças. Foram produzidos diversos documentos contendo os compromissos dos povos indígenas e da sociedade civil e suas recomendações para os governos do Peru e Brasil.

No início de setembro de 2014, quando estávamos editando este informativo, fomos todos surpreendidos com a triste notícia do assassinato de quatro lideranças Ashaninka da Comunidade Nativa Alto Tamaya-Saweto, no Peru. Eles eram parte do GTT, participando ativamente de diversos encontros e reuniões e articulando estratégias e ações transfronteiriças com o resto do grupo. Foram mortos quando se deslocavam pela floresta em direção a aldeia Apiwtxa, em território brasileiro. A comitiva participaria de uma reunião com as lideranças Ashaninka brasileiras para discussão da continuidade de ações de vigilância e fiscalização da fronteira para impedir a ação de madeireiros e narcotraficantes que atuam ilegalmente na região. Desde 2002, a comunidade luta bravamente pela proteção da floresta da região e pela demarcação e titulação do seu território, fortemente ameaçado por atividades ilegais e ainda não reconhecido pelo Estado peruano. Esta publicação é dedicado aos quatro líderes Ashaninka Edwin Chota Valera, Leoncio Quinticima Melendez, Jorge Rios Perez e Francisco Pinedo.

**Conselho Editorial**

Nietta Lindenberg Monte  
Vera Olinda Sena de Paiva  
Renato Antonio Gavazzi

**Levantamento e organização**

Maria Luiza P. Ochoa, Willian De Arruda

**Revisão e Edição**

Maria Luiza P. Ochoa, Maria Emilia Coelho

**Elaboração dos Mapas**

José Frank de Melo Silva, Billyshelby Fequis

**Design Gráfico**

Guilherme K. Noronha / gknoronha.com

**Comissão Pró-Índio do Acre**

Caixa Postal nº 61 / CEP 69900-000 / Rio Branco-AC  
E-mail: [cpiacre@cpiacre.org.br](mailto:cpiacre@cpiacre.org.br)  
Site: [www.cpiacre.org.br](http://www.cpiacre.org.br)  
Fone: (68) 3225-1952

## Dinâmicas Transfronteiriças Brasil-Peru

Povos indígenas na fronteira Acre-Peru	4
Os povos indígenas isolados	6
Encontros e intercâmbios do grupo de trabalho transfronteiriço	15
Debate sobre as invasões madeireiras na fronteira Acre-Peru	22
Breve histórico dos estudos para prospecção de gás e petróleo no Alto Juruá	28

# POVOS INDÍGENAS NA FRONTEIRA ACRE-PERU

Na fronteira brasileira, entre o Acre e os departamentos de Ucayali e Madre de Dios, no Peru, existe um corredor de áreas protegidas com mais de 10 milhões de hectares. O lado brasileiro é formado por Terras Indígenas, Parques Nacionais e Estaduais, Reservas Extrativistas e uma Estação Ecológica. O lado peruano, por Reservas Territoriais para povos indígenas isolados, Parques Nacionais, Reservas Comunais e Comunidades Nativas.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística e Informática (INEI), do II censo de comunidades indígenas da Amazônia peruana de 2009, do Governo do Estado do Acre e da Comissão Pró-Índio do Acre, a população indígena es-

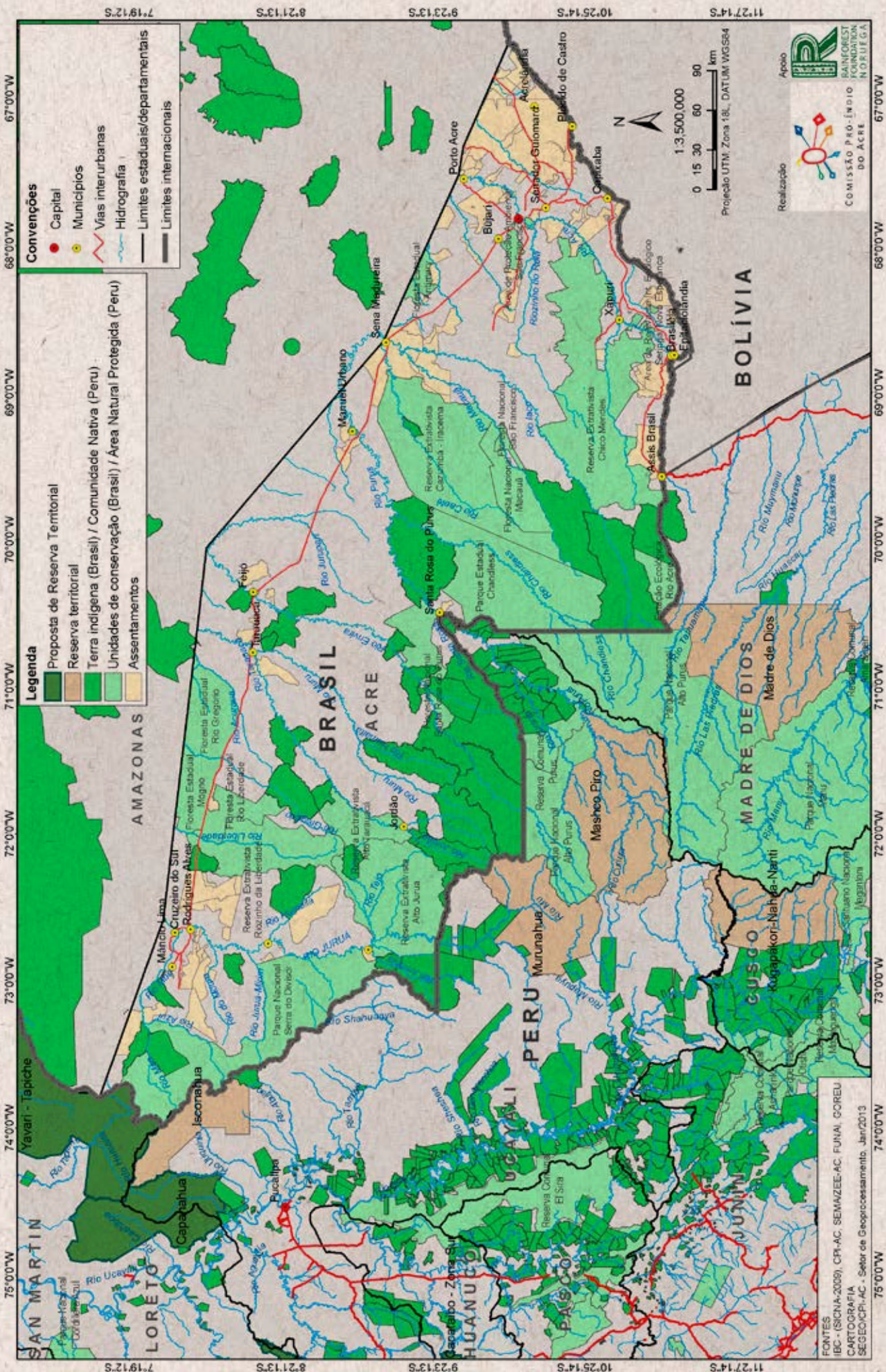
timada na região de fronteira entre o Acre e Peru (Madre de Dios, Ucayali e Acre) é de aproximadamente 60 mil pessoas.

A região tem como característica a sociobiodiversidade com 27 Povos Indígenas e a presença de grupos de índios isolados que se movimentam em ambos os lados da fronteira. No Acre, das 34 Terras Indígenas reconhecidas oficialmente, nove se encontram na linha de fronteira com o Peru, e dez sofrem influências das suas dinâmicas. Três foram demarcadas para povos isolados: Kampa e Isolados do Envira e Riozinho do Alto Envira, de uso compartilhado com o povo Ashaninka, e Alto Tarauacá, de uso exclusivo dos isolados.

Povos e Terras Indígenas na fronteira com o Peru				
Município	Terra Indígena	Povo	Pop.	Extensão (ha)
Assis Brasil	Cabeceira do Rio Acre	Jaminawa	205	78.513
		Manchineri	59	
Assis Brasil e Sena Madureira	Mamoadate	Manchineri	940	313.647
		Jaminawa	304	
		Kaxinawá	1.909	
Santa Rosa e Manoel Urbano	Alto Rio Purus	Kulina	871	263.130
		Isolados		
Santa Rosa e Feijó	Riozinho do Alto Envira	Ashaninka	15	260.970
		Ashaninka	155	
Feijó	Jaminauá/Envira	Kulina	80	80.618
		Ashaninka	319	
	Kampa e Isolados do Rio Envira	Isolados		232.795
		Kulina	99	
		Kaxinawá	401	
Feijó e Jordão	Alto Tarauacá	Isolados		142.619
		Kaxinawá	1.249	
		Kaxinawá	521	
		Kaxinawá	221	
Jordão e Marechal Thaumaturgo	Kaxinawá-Ashaninka do Rio Breu	Kaxinawá	695	31.277
		Ashaninka	70	
Marechal Thaumaturgo	Jaminawa-Arara do Rio Bagé	Jaminawa-Arara	194	28.926
		Ashaninka	450	
		Apolima-Arara	286	
Mâncio Lima	Poyanawa	Poyanawa	566	24.499
		Nukini	672	
		Nawa	268	
<b>Totais = 8</b>	<b>19</b>	<b>09 + isolados</b>	<b>10.549</b>	<b>1.914.743</b>

Fonte: População / Assessoria Especial de Assuntos Indígenas do Gabinete do Governador / Comissão Pró-Índio do Acre, 2012-2013

TERRAS INDÍGENAS, COMUNIDADES NATIVAS E ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS NA FRONTEIRA ACRE-UCAYALI-MADRE DE DIOS



# OS POVOS INDÍGENAS ISOLADOS E EM CONTATO INICIAL

No Acre, as terras ocupadas por indígenas isolados são compartilhadas pelos povos Kaxinawá, Ashaninka, Madijá, Manchineri e Jaminawa, e com comunidades não indígenas do entorno.

Em 1988, com a implantação da Frente de Proteção Etnoambiental Envira, da Fundação Nacional do Índio (Funai), foram identificados por meio de sobrevoos e expedições terrestres três povos isolados agricultores (Isolados do Humaitá, Isolados do Riozinho e Isolados do Xinane), com suas malocas e roçados, e um povo indígena conhecido como Mashco Piro, que transita entre os territórios brasileiro e peruano.

Os Isolados do Humaitá foram localizados pela primeira vez em 1989. Estima-se que são os mais numerosos da região. Suas malocas e roçados se encontram em terras firmes e altas, nos divisores de água das nascentes do rio Humaitá, afluente da margem direita do rio Muru, e das cabeceiras dos igarapés Simpatia, Mulatero, Paranazinho, Inês, Anjo e Maronal, tributários da margem esquerda do alto rio Envira. Segundo informações da Frente de Proteção Etnoambiental Envira, a população de índios isolados do Humaitá aumentou. O crescimento foi percebido a partir de avistamentos realizados entre 2010 e 2013. Nos sobrevoos feitos em 1989 os roçados eram menores e haviam menos malocas.

Os Isolados do Xinane migraram do território



Isolados do Xinane - Gleilson Miranda 2008

peruano para o acreano, na Terra Indígena Kampa e Isolados do Rio Envira, por conta da pressão causada pela exploração madeireira em seus territórios. Essa população também está ameaçada pela presença de narcotraficantes nas cabeceiras do rio Envira, no lado peruano. Em junho deste ano, o grupo entrou em contato pela primeira vez com os funcionários da Fundação Nacional do Índio (Funai). O encontro com sete jovens de um subgrupo do tronco linguístico Pano aconteceu na aldeia Simpatia, onde vivem índios Ashaninka. Nos primeiros diálogos com a equipe da Funai, realizados pela intermediação de dois intérpretes do povo Jaminawá, eles contaram que sofreram violência nas cabeceiras do rio Envira. As circunstâncias da



Isolados do Humaitá - Gleilson Miranda 2008



Grupo indígena da família Pano recentemente contatado no Rio Envira. Foto: FPEE/Funai, 2014.

sua aproximação e a origem da violência ainda precisam ser investigadas. Atualmente, um grupo de 24 índios desse grupo está em contato permanente na Base de Proteção Etnoambiental Xinane da Funai.

Os Isolados do Riozinho foram localizados em sobrevoos realizados em 2003 e 2004, durante os estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Riozinho do Alto Envira. Acredita-se que são parte de um mesmo povo que habita as cabeceiras do rio Curanja, afluente do alto rio Purus, em território peruano, no Parque Nacional do Alto Purus.

Os Mashco Piro são caçadores e coletores e transitam entre os territórios brasileiro e peruano. Eles vão das cabeceiras do rio Madre de Dios e afluentes (Las Piedras, Tauhamanu e Los Amigos), passando pelas cabeceiras dos rios Purus, Acre, Iaco e Envira, até as cabeceiras do rio Juruá. Deslocam-se pelas Terras Indígenas Mamoadate e Kampa e Isolados do Rio Envira, descendo os rios Iaco e Envira.



Mashco Piro - Foto FENAMAD

Terras Indígenas com presença de índios isolados reconhecidas oficialmente				
Município	Terra Indígena	Povo	Pop.	Extensão (ha)
Santa Rosa e Feijó	Riozinho do Alto Envira	Isolados		260.970
		Ashaninka	15	
Feijó	Kampa e Isolados do Rio Envira	Ashaninka	319	232.795
		Isolados		
Feijó e Jordão	Alto Tarauacá	Isolados		142.619
	03	01 + isolados	334+ isolados	636.718

Fonte: População - Assessoria Especial de Assuntos Indígenas do Gabinete do Governador / Comissão Pró-Índio do Acre, 2012-2013

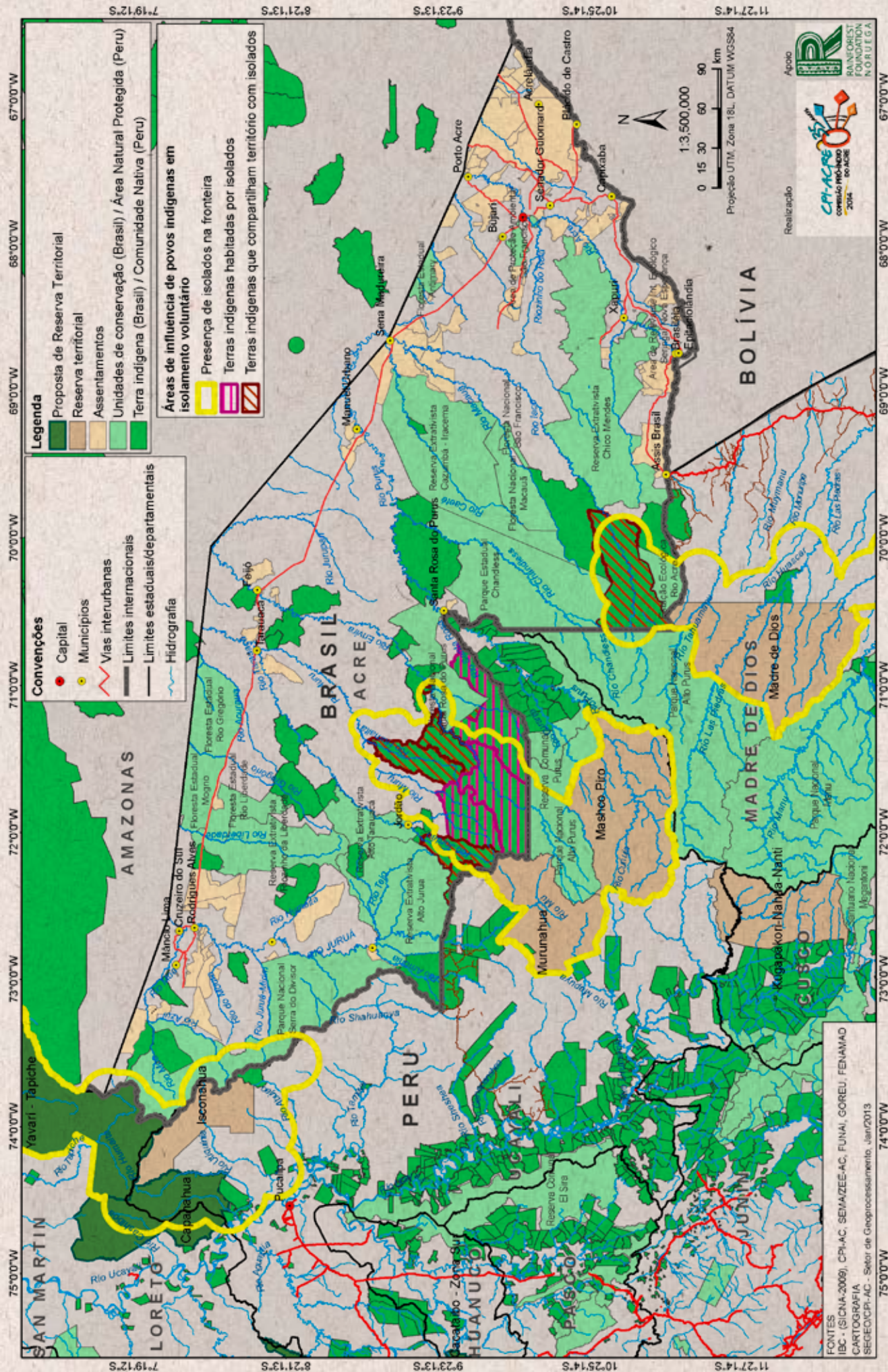
Terras Indígenas com presença de índios isolados				
Município	Terra Indígena	Povo	Pop.	Extensão (ha)
Assis Brasil e Sena Madureira	Mamoadate	Manchineri	940	313.647
		Jaminawa	304	
Feijó	Jaminawá/Envira	Ashaninka	155	80.618
		Madijá	80	
	Kulina do Rio Envira	Kulina	99	84.364
Jordão	Kaxinawá do Rio Humaitá	Kaxinawá	401	127.383
	Kaxinawá do Rio Jordão	Kaxinawá	1.249	87.293
	Kaxinawá do Baixo Rio Jordão	Kaxinawá	521	8.726
Jordão	Kaxinawá do Seringal Independência	Kaxinawá	221	14.750
Totais = 4	07	06 + isolados	3.9970	716.781

Fonte: População - Assessoria Especial de Assuntos Indígenas do Gabinete do Governador / Comissão Pró-Índio do Acre, 2012-2013

Unidades de Conservação com presença de índios isolados		
Município	Unidade de Conservação	Extensão (ha)
Assis Brasil	Estação Ecológica do Rio Acre	84.387
	Parque Estadual do Chandless	695.303
	2	779.690

Fonte: IBAMA, SEMA 2006

PRESENÇA DE ÍNDIOS ISOLADOS NA FRONTEIRA ACRE-UCAYALI-MADRE DE DIOS



# A PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS NA PROTEÇÃO DOS POVOS ISOLADOS

As oficinas de Informação e Sensibilização sobre os Povos Indígenas Isolados e em contato inicial tiveram início em 2009, em uma parceria entre a Comissão Pró Índio do Acre e a Frente de Proteção Etnoambiental Envira da Funai. Elas foram realizadas nas Terras Indígenas onde a população compartilha seus territórios com os grupos isolados: TI Kaxinawá do Rio Humaitá, TI Kaxinawá do Jordão, TI Alto Tarauacá, TI Mamoadate e TI Kulina do Alto Rio Envira, e também nas comunidades de moradores não indígenas dos rios Iboiaçu e Alto Muru.



TI Kaxinawá do Humaitá. Foto: Marcos Catelli.

Essas oficinas, além de promoverem a troca de informações sobre a situação dos povos indígenas isolados, vêm atualizando os dados geográficos sobre a presença desses grupos na fronteira do Acre com o Peru. As informações coletadas permitiram a produção de um Mapa da Presença de Índios Isolados na região dos altos rios Iboiaçu, Humaitá, Muru, Tarauacá, Jordão e Envira. Este mapa contém informações fornecidas pelos povos Kaxinawá, Ashaninka, Madijá, moradores não indígenas do entorno, sertanistas, mateiros e indigenistas da Frente de Proteção Etnoambiental Envira.

Foram mapeados malocas e roçados de três povos isolados distintos nas cabeceiras do rio Humaitá e nos igarapés Riozinho e Xinane, afluentes do rio Envira. O mapa traz também as trilhas e caminhos de perambulação dos isolados, casos de saques, avistamentos, vestígios e ocorrências de confrontos armados.

Também foi elaborado um relatório preliminar pelo antropólogo Terri Valle de Aquino com as informações sobre a situação dos isolados nessa região de fronteira, e com a proposta de restrição de uso de uma nova terra indígena para povos isolados nos altos rios Muru e Tarauacá.

As oficinas permitiram que as comunidades das Terras Indígenas Kaxinawá do Jordão e Kaxi-

nawá do Humaitá disponibilizassem parte de seus territórios situados mais às cabeceiras de seus rios para uso exclusivo dos isolados. Os Kaxinawá do Humaitá, por exemplo, destinaram quase um terço da extensão total da sua terra indígena.

Outro aspecto importante foi a revisão dos Planos de Gestão das terras indígenas que têm presença de isolados e estão localizados na linha (ou próximos) de fronteira do Brasil com o Peru. Este processo se iniciou em março de 2012 com a Terra Indígena Nukini, dando continuidade em setembro de 2013 com as TIs Kaxinawá do Rio Humaitá e Kampa do Rio Amônia. Leia o documento produzido na Oficina de Revisão do Plano de Gestão da TI Kaxinawá do Rio Humaitá.



TI Jordão - Aldeia Novo Segredo. Acervo CPI AC, 2010.

## PLANO DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DA TI KAXINAWÁ DO RIO HUMAITÁ

### ÍNDIOS ISOLADOS

1. Nossa Terra Indígena é compartilhada com índios isolados que ainda não fizeram contato. É por isso que do igarapé Boa Esperança (margem esquerda do rio Humaitá) e do igarapé Maronal (margem direita do Humaitá) a montante, será de uso preferencial dos índios isolados. Nessa região os poços do rio Humaitá, as cabeceiras dos igarapés, a floresta e os recursos naturais também serão de uso preferencial dos isolados.
2. Na foz do igarapé Tarayá (margem esquerda do rio Humaitá) será construído um ponto estratégico de vigilância e monitoramento dos índios isolados. Na boca do igarapé Boa Esperança também será dada continuidade à “Casa de Brindes”, onde serão disponibilizados ferramentas e outros materiais com objetivo de diminuir a pressão dos saques para os moradores da TI e entorno. Na disponibilização de bens para os isolados, tentaremos identificar com *kenes* e tapagens, usando outra forma de comunicação para que saibam que são eles próprios os doadores.
3. Na foz do igarapé Muruzinho (margem esquerda do rio Muru), limite norte da TI Alto Tarauacá, deverá ser construída uma Base de Proteção Etnoambiental com intuito de diminuir as pressões por caçadores, pescadores e madeireiros ilegais sob as TIs Kaxinawá do Rio Humaitá e Alto Tarauacá, bem como realizar monitoramento dos índios isolados na região.
4. Representantes da TI Kaxinawá do Rio Humaitá auxiliarão os trabalhos de proteção etnoambiental junto a FUNAI, por meio da Portaria 320/Presidencial de 27 de março de 2013.
5. Nós, Kaxinawá do Rio Humaitá, reivindicaremos junto a FUNAI a restrição de uso de uma Terra Indígena nos altos rios Muru e Tarauacá para os índios isolados – Nawá Kuĩ.
6. Quando houverem saques por parte dos isolados, a comunidade irá produzir um documento constando a lista dos materiais saqueados, contando com assinatura de testemunhas para que a Frente de Proteção Etnoambiental Envira tome providências e indenize o saqueado.
7. Queremos que pelo menos um representante da TI Kaxinawá do Rio Humaitá participe dos sobrevoos de monitoramento dos índios isolados da Frente Envira. Sobretudo aqueles realizados na referência cabeceira do rio Humaitá.
8. Além do rádio que será instalado na aldeia Novo Futuro, todas as aldeias da TI necessitam de um rádio para comunicar a presença dos isolados que frequentam as outras aldeias, dentre outras informações a serem compartilhadas.
9. Faremos articulação com outras instituições com a finalidade de fortalecer a proteção aos isolados.



DURANTE A OFICINA OUTRO TEMA DE DISCUSSÃO FOI A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA QUE LIGA O MUNICÍPIO DO JORDÃO AO SERINGAL NOVO PORTO, PRÓXIMO A TERRITÓRIOS DE POVOS INDÍGENAS ISOLADOS.

O agente agroflorestal Nilson Sabóia fala sobre os impactos socioambientais decorrentes da construção da estrada Jordão – Seringal Novo Porto, de 40 Km de extensão, que atravessa uma região considerada como última reserva de mogno do Acre, e que é área de perambulação de índios isolados. Ele conta também que os índios Kaxinawá do Rio Humaitá foram denunciar essa situação ao Ministério Público Federal, em Brasília.

*A estrada começou a ser construída em 2009 e foi inaugurada em 2013. Entrou no projeto do governo municipal do Jordão como a reabertura de uma ramal que já existia há muito tempo. É uma realização do governo municipal do Jordão, em parceria com o DERACRE (Departamento de Estradas e Rodagens do Acre) e ITERACRE (Instituto de Terras do Acre). Então eles construíram uma estrada e usaram tratores, foram derrubando madeira, e atravessando igarapés, passando em olhos d'água, subindo terra firme...*

*Essa estrada liga o município do Jordão ao Seringal Novo Porto, que é o último seringal. É uma fazenda lá no alto rio Muru, que é propriedade de um vice-prefeito, Bibil Aragão. Essa estrada, segundo o prefeito, é para beneficiar as famílias que moram lá porque o município não tem mais aonde crescer. E também pra facilitar o escoamento da produção das famílias do Novo Porto para o município do Jordão. Isso é o lado positivo, mas tem as consequências que são os impactos que ela traz, pois desde muito tempo que vêm acontecendo invasões de caçadores, de pescadores, até mesmo de pequenos madeireiros na TI Alto Tarauacá, que é uma das terras demarcadas para os índios isolados. Essa estrada também fica próxima a nossa terra indígena, a Kaxinawá do Rio Humaitá.*

*A nossa preocupação é com o controle que tem que ter. Essa estrada foi feita sem nenhuma consulta, sem o Estudo de Impacto Ambiental, e sem nenhuma autorização. A gente está preocupado porque lá também é considerado uma área de perambulação dos isolados. É um local aonde os isolados passam. Eles já foram avistados por lá e também foram encontrados vestígios dos isolados pelos moradores.*

*Se a gente não tiver um controle, um plano para ser trabalhado, futuramente ela pode ter um impacto muito mais forte. Por causa dessa preocupação a gente*

*foi até Brasília. Começamos por Rio Branco, fomos até o Ministério Público do Acre, não só denunciar, mas propor uma política de trabalho. Nós, Huni Kuin do Humaitá, através da associação do povo, fomos lá no MP do Acre e entregamos o relatório antropológico feito pelo Txai Terri, e um mapa com toda a história da situação de lá. Também pedimos para o MP facilitar nosso diálogo com o Estado, chamando as autoridades competentes. Depois, fomos até Brasília. Três lideranças do Humaitá. Fizemos uma conversa com a doutora Débora Duprat, da 6ª Câmara do MP de Brasília.*

*Conforme combinado, teve uma reunião em março desse ano (2014), com participação das lideranças e de várias autoridades, desde a FUNAI até ICMBio. A conversa foi sobre a estrada. Não é para empatar ou fechar a estrada, ninguém quer fazer isso, mas a gente está preocupado com os seus impactos. Quais são as medidas que a gente vai tomar agora? Ela já está construída. Tem algum benefício para as famílias? Como a gente vai resolver o problema? Por que a tendência futura é transformar o Novo Porto em um município. Hoje é uma fazenda-seringal, mas quando se transformar em um município, os impactos e os problemas vão ficar mais fortes.*

*A gente está preocupado. Acionamos os parceiros envolvidos nesse trabalho e o Ministério Público para facilitar nosso diálogo. Em relação à estrada, até onde eu entendo, é dessa forma. Ela foi construída e depois paralisada por conta da chuva. Agora no verão vão começar a trabalhar novamente na estrada com máquinas.*

*Exigimos que o governo do estado do Acre faça um plano de gestão territorial e ambiental do Novo Porto, que é o nosso entorno. A política de proteção é envolver os vizinhos do entorno, não dá para nós trabalharmos sozinhos. Os não indígenas também tem que ter um plano de desenvolvimento comunitário. Vejo como uma estratégia de minimizar e evitar os impactos na região.*

## ARTICULAÇÃO BINACIONAL PARA O MONITORAMENTO DE ÍNDIOS ISOLADOS NA REGIÃO BRASIL/ACRE-PERU



IV Encontro do Grupo de Monitoramento Acre - Ucayali - Madre de Dios - agosto 2014.  
Foto: Willian Arruda.

A articulação entre as organizações indígenas, indigenistas e ambientalistas do Acre e do Peru, por meio do Grupo de Trabalho Transfronteiriço (GTT), deu origem ao Grupo Técnico de Trabalho para o Monitoramento Georreferenciado de Índios Isolados na região Brasil/Acre-Peru. O objetivo é intercambiar experiências e informações sobre os territórios e as ameaças que afetam os povos isolados na fronteira binacional, e avançar na consolidação de uma base de dados de informação geográfica sobre evidências desses povos e dos problemas socioambientais que os afetam. Para a realização desse trabalho, foram assinados Termos de Cooperação entre a CPI-Acre e as organizações peruanas *Federación Nativa de Madre de Dios y Afluentes* (FENAMAD) e a Associação ProPurús.

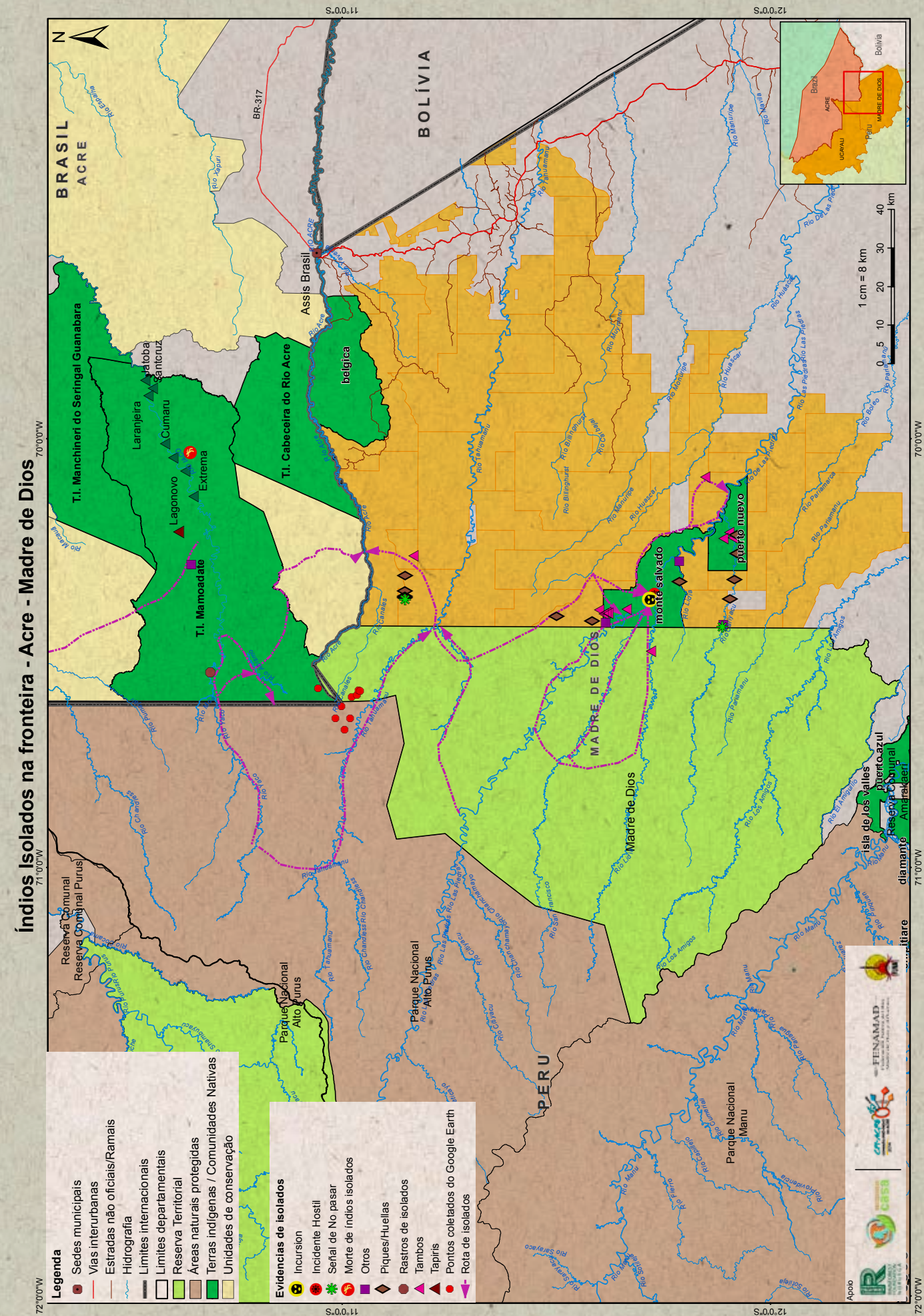
Foram realizados intercâmbios entre a comunidade Manchineri da Terra Indígena Mamoodate, localizada no município de Assis Brasil, no Brasil, e a *Comunidad Nativa Monte Salvado*, no Peru, com apoio da CPI-Acre, da Frente de Proteção Etnoambiental Envira e FENAMAD. A ideia foi possibilitar a troca de informações e a definição de estratégias de proteção para povos isolados.

Nos intercâmbios, foram atualizadas as evidências da presença dos índios isolados na região de fronteira, como tapiris, restos de alimentação e

tipos de ferramentas utilizadas pelos isolados. Foram mapeadas novas hipóteses sobre os caminhos que esses indígenas percorrem ao longo das estações do ano. Chamou-se a atenção para o problema dos deslocamentos e das mudanças das rotas seguidas pelos isolados vindos do Peru. O objetivo foi localizar os seus vestígios e associar às informações de identificação de novas rotas de tráfico de drogas e de madeira ilegal na região.

Muitos vestígios como as pegadas e tapiris ainda na forma em que foram deixados, foram identificados perto da Aldeia Extrema, na Terra Indígena Mamoodate, onde vivem indígenas do povo Manchineri. Dessa maneira, chegou-se à conclusão de que a Aldeia Extrema é um local que merece uma maior atenção.

Entre os principais motivos para o deslocamento dos isolados estão os problemas relacionados ao narcotráfico e à exploração ilegal de madeira em território peruano, e que são potencializados pela construção de grandes obras de infraestrutura regional. Essas atividades vêm afetando cada vez mais o dia a dia das Comunidades Nativas do Peru e as terras indígenas no lado acreano da fronteira. Segundo os Manchineri, as ameaças parecem estar mais próximas, já que os barulhos de motosserra agora podem ser ouvidos a três horas de barco.





## ENTREVISTA: LUCAS MANCHINERI

**O** vice-coordenador da Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC), **Lucas Manchineri**, fala sobre os índios isolados que transitam na sua Terra Indígena Mamoadate e das ameaças da construção da estrada Puerto Esperanza-Iñapari. Lucas conta os dilemas diários vividos em sua comunidade e explica como os isolados estão avançando o limite da Aldeia Extrema. Também ressalta que por parte da comunidade sempre houve o respeito de não se ultrapassar “este limite”, e mostra a importância de o próprio indígena definir “essas linhas”, cuidando do seu território. Para Lucas, as parcerias podem e devem existir na vigilância do território, mas é fundamental que os indígenas das comunidades envolvidas sejam os protagonistas desta prática.

### Willian Arruda: Na sua última viagem à TI Mamoadate o que você ouviu de novidade sobre os isolados?

**Lucas:** Olha, txai, teve muita novidade porque nos lugares aonde eles não apareciam agora eles estão aparecendo. Por exemplo, a gente pegou informação no Paulo Ramos (Igarapé), no Igarapé Mutum, onde a gente nunca tinha visto o sinal deles. E os txai mataram uma anta que era caça dos parentes isolados. Um txai Manchineri estava caçando e viu a anta toda flechada e daí terminou de matar a anta. Isso a umas três horas da aldeia. É muito perto, três horas, qualquer horinha a gente vai e volta. É muito próximo da aldeia, os vestígios deles já estão bem perto da comunidade. A gente também pegou outra informação bem recente dentro do Igarapé Jurimágua, aonde os parentes isolados estão andando bastante. Então, tem que ter esse cuidado, eles estão mudando a rota de caminhada deles.

### Willian Arruda: Alguém na comunidade encontrou ou viu os índios isolados?

**Lucas:** Não, só tem notícias de vestígios mesmo. Porque é uma decisão que o povo Manchineri está tomando, não encontrar com eles. Se (a pessoa) ver o vestígio tem que voltar logo pra trás para não ter conflito, nem problema nenhum com eles.

### Willian Arruda: Você tem feito um trabalho de acompanhamento e levantamento de informações sobre os isolados. Como tem sido essa experiência?

**Lucas:** É um trabalho que a gente está iniciando. A gente fez a atualização dos mapas, pontuando os caminhos deles e onde a gente sempre viu os seus

vestígios. Como índios, sabemos o sinal dos parentes isolados, se estão perto ou longe, se a gente vai encontrar com eles ou não. Então, a gente tem essa experiência, tem as informações qualificadas pra informar as autoridades. Pra mim, foi excelente estar com os txai da aldeia pra ajudar a fazer a proteção dos txai isolados. É um trabalho que clareou bastante a minha visão como líder, como pessoa, estar propondo as ideias e ouvindo mais a comunidade. Vamos fazer junto com a comunidade o plano de trabalho da logística e das atividades que serão desenvolvidas. A ideia, no começo, é que Funai ajude a gente. Mas depois a gente mesmo vai fazer. Na burocracia, a gente tem dificuldades, então, a gente vai precisar muito de técnico. Agora, em outras atividades e na proteção, são os Manchineri que vão fazer.

### Willian Arruda: O que está faltando na política voltada para os índios isolados?

**Lucas:** Txai, estão faltando algumas coisas. Primeiro, o governo ainda não tem uma política criada junto com a gente. A gente ainda está discutindo. Segundo, a gente está qualificando todas as informações e atualizando para poder passar pro governo pra que ele conheça e reconheça. A outra questão é o recurso. O governo nunca deu esse apoio. Também falta a conversa de governo pra governo. O governo peruano e o governo brasileiro, numa área de fronteira, precisam de diálogo. Isso é um problema muito sério. Às vezes eles pensam muito na economia mas não pensam na vida que está dentro da mata, que são os parentes isolados e nós também. Precisa implantar uma base para a proteção dos parentes isolados na região do Mamoadate,



Oficina sobre Índios isolados na Terra Indígena Mamoadate.  
Foto: Billyshelby Fequis, 2012.

como foi feito no Envira. Fazer uma base e de lá a gente manda as informações. Quem subir (o rio) tem que dar informação pra qual lado da terra indígena ou do Igarapé está indo. Quando voltar a gente pergunta o que ele viu, se teve algum sinal ou não. Para ter controle, pra que todo mundo fique ligado. Não é proibir os parentes de caçar, mas tem que ter um controle de movimentação para estar qualificando as informações. Vamos deixar o mapa quando um txai for caçar. Perguntamos para o txai se ele viu algum vestígio tal dia. Assim vamos atualizando o mapa. E isso vai ser nossa ferramenta e a base de toda a estrutura pra passar a informação.

### Willian Arruda: No lado brasileiro, o que mais ameaça os isolados?

**Lucas:** Txai, no lado brasileiro não tem quase ameaça porque nós estamos na terra indígena. A gente faz a fiscalização e a proteção da TI Mamoadate. É um rio (Iaco) que ninguém passa. Agora o perigo mesmo é o narcotraficante que vem do Peru e quer entrar no Brasil. E tem a estrada que vai ligar Puerto Esperanza a Iñapari e que passa perto das Terras Indígenas Mamoadate e Alto Rio Acre. Do lado do Peru, tem madeireiros e muita ameaça na vida dos parentes isolados. Quanto mais pressão lá, eles vão vir pro nosso lado. Então tem muita preocupação. A população cresce, os txai estão chegando, numa terra que tem

dois povos onde a população cresce e a terra indígena não aumenta, é sempre o mesmo tamanho.

### Willian Arruda: O que representa a construção da estrada Puerto Esperanza-Iñapari para o povo Manchineri e para os índios isolados?

**Lucas:** Pra nós, Manchineri, que já fizemos muita discussão, vai trazer muitos problemas, muitos impactos. Primeiro, a questão dos nossos rios. O que vai passar nas cabeceiras do Iaco? É a água que a gente bebe. Do lado peruano não vai ter controle, vai ter caçador, pescador entrando dentro do Iaco pra encontrar caça. Isso é um problema muito sério. E quando eles entrarem na área e verem que tem mogno, podem entrar até na nossa terra indígena pra tirar o mogno. Outro problema é que se sair a estrada os narcotraficantes vão ter facilidade de entrar no Brasil. Agora não tem estrada e eles estão entrando. É uma ameaça pra nós. É arriscado a gente não ter mais peixe porque vão começar a passar pelo Iaco e jogar dinamite pra matar peixe. Vai entrar o garimpeiro pra procurar ouro. Eles podem explodir pra procurar a mina e aí vai ser um problema. A gente tem muita preocupação. Essa estrada é uma ameaça muito grande para nós, Manchineri. E para os isolados é uma ameaça ainda maior porque vai ter caso de violência.

Entrevista realizada em 8 de abril de 2014.



## ENCONTROS E INTERCÂMBIOS DO GRUPO DE TRABALHO TRANSFRONTEIRIÇO



Intercâmbio de experiências de gestão territorial e ambiental – TI Kaxinawá-Ashaninka do Rio Breu.  
Foto: Malu Ochoa 2012.

### Intercâmbio entre comunidades indígenas e moradores da Reserva Extrativista do Alto Juruá

No período de 23 a 27 de abril de 2012 aconteceu o Intercâmbio em Experiências de Gestão em Recursos Naturais Comunitários e Vigilância Participativa em Áreas de Fronteira, com representantes indígenas do Acre/Brasil e de Ucayali/Peru e moradores da Reserva Extrativista do Alto Juruá. O intercâmbio aconteceu na Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu, na aldeia Vida Nova. Participaram cinco manejadores de quelônios da Reserva Extrativista do Alto Juruá, 26 agentes agroflorestais de sete Terras Indígenas (Kampa do Rio Amônia, Katukina do Campina, Poyanawa, Alto Rio Jordão, Kaxinawá Baixo Rio Jordão, Kaxinawá do Seringal Independência e Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu), 10 representantes indígenas peruanos das Comunidades Nativas de Dulce Gloria, Santa Rosa e Coshireni, representantes da Associ-

ção de Comunidades Nativas para el Desarrollo Integral de Yurua Yono Sharakoiai (ACONADIYSH) do Peru, representantes da Associação Ashaninka do Rio Amônia (APIWXTA), além da equipe técnica da Comissão Pró-Índio do Acre, da SOS Amazônia, da organização peruana ProPurus e da Coordenação Técnica Local da Fundação Nacional do Índio de Cruzeiro do Sul (CTL/FUNAI).

O objetivo desse encontro foi incentivar a articulação entre indígenas e não indígenas através da troca de conhecimentos e práticas, fortalecer as alianças para se discutir alternativas sustentáveis de uso dos recursos naturais e dos territórios, fortalecer as populações locais e suas organizações para enfrentarem as mudanças ambientais no Alto Juruá, ocasionada pelo avanço da pecuária, pela ocupação desordenada e ilegal, e pela atividade

madeira na faixa de fronteira Brasil-Peru. Além de se discutir os problemas, recomendações e acordos foram firmados:

1. Fortalecer a cooperação entre a Associação Ashaninka do Rio Amônia (APIWXTA) e a Asociación de Comunidades Nativas para el Desarrollo Integral de Yuruá (ACONADYISH) para promover um acordo de desenvolvimento sustentável das Terras Indígenas do Acre e das Comunidades Nativas de Ucayali;
2. Sugerir aos governos do Acre e Ucayali que as iniciativas comunitárias relacionadas ao manejo de recursos naturais sejam incorporadas em seus acordos governamentais binacionais, com previsão orçamentária para projetos específicos;
3. Exigir do governo peruano retomar o processo de saneamento ambiental (ordenamento territorial) da proposta de Reserva Comunal Yuruá;
4. Exigir dos governos de Peru e Brasil que realizem a Consulta, Livre, Prévia e Informada para qualquer empreendimento econômico que venha a ocorrer dentro de uma Comunidade Nativa ou próxima a uma Terra Indígena, no caso brasileiro;
5. A comunidade da aldeia Vida Nova se comprometeu a ajudar na capacitação de pessoas da co-

munidade Coshireni, no lado peruano, no manejo agroflorestal. Comprometeram-se também a comprar a produção agrícola excedente desta última comunidade, apoiar no escoamento da produção ao município mais próximo do lado brasileiro, desde que o manejo ambiental comunitário seja respeitado na comunidade peruana. Ademais, a aldeia Vida Nova manifestou a vontade de ajudar em questões de saúde com o auxílio de suas pesquisas, e de apoiar no transporte em casos de emergências médicas e na produção de medicinas tradicionais;

6. A Comunidade Nativa Coshireni se comprometeu a deixar que indígenas da aldeia Vida Nova usem algumas áreas de seu território para implantar roçados e para caçar, sendo respeitado o manejo sustentável do território. Além disso, foi combinado conversar sobre a vigilância de ambos os territórios, da Vida Nova e da Coshireni, para evitar a passagem de caçadores ilegais pelos rios.

Os participantes do encontro, elaboraram um documento final e manifestaram total apoio a toda mobilização em defesa dos direitos dos povos indígenas e tradicionais e ao meio ambiente.

### Etnomapeamento na região de Fronteira Acre- Ucayali



Identificando as áreas de ameaças aos territórios indígenas.  
Foto: José Frank de Melo Silva, 2013.



Wewito Piyäko: recomendações dos povos indígenas da fronteira. Foto: Malu Ochoa, 2013.

No mês de setembro de 2013, durante a oficina de atualização do Plano de Gestão da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia foram elaborados três mapas binacionais da região de fronteira da bacia do rio Juruá com os seguintes temas: “Ameaças na região de fronteira Juruá-Yuruá”, “Ameaças na região de fronteira do Alto Tamaya- Saweto” e “Caminhos e variações tradicionais e histórico de migração dos Ashaninka”. Participaram representantes indígenas de cinco terras indígenas e de quatro comunidades nativas da região do Juruá e Alto Tamaya.

Depoimento de Juan Peres Tello, liderança Amauaca do Peru, explicando o mapa "Ameaças na região de fronteira da bacia do rio Juruá"

Identificamos nessa região de fronteira caminhos que são utilizados para caçar. Eles saem da Foz do Breu para a comunidade de Santa Rosa, no lado peruano, onde mora o povo Amauaca. Os problemas que temos nessa parte da fronteira são com os vizinhos brasileiros da Vila de Foz do Breu. Eles estão caçando com muita frequência em territórios indígenas. A caça tem se tornado permanente e é uma ameaça para a nossa fronteira.

Ultimamente, temos avistado constantemente os índios isolados. A presença ocorre próximo à comunidade Selva Virgem. Acreditamos que eles circulam porque buscam comida e também pela presença de madeiros que estão cada vez mais pressionando e perturbando eles. Esses madeiros andam também perto de Selva Virgem, pelo igarapé chamado Piquiyaco.

Outro problema é a presença do Lote de petróleo 169, que está sobreposto às comunidades da região do Yuruá, no Peru. Está sobreposto também às propostas de Reservas Comunitárias. Este lote vai impactar também o lado brasileiro, pois o mesmo está localizado no entorno das Terras Indígenas Kampa do Rio Amônia, Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu, da Reserva Extrativista do Alto Juruá e em todas as nascentes dos rios. Uma ameaça e tanto para Peru e Brasil.

Também é um problema a entrada de pessoas vindas do município de Marechal Thaumaturgo para dentro das comunidades de Sawawo e Nueva Shawaya, localizadas no lado peruano. O ingresso



Juan Peres Tello. Foto: Malu Ochoa, 2013.

dessas pessoas é para caçar, pescar e retirar madeira para o feitiço de canoas. A entrada é feita pelo rio Amônia, passando pela aldeia Apiwtxa. Entram em Sawawo e Nueva Shawaya com a permissão de suas lideranças. Foram identificados os pontos de caçadas. Quando não entram pelo rio, entram por terra, onde existem vários caminhos de caçada.

Outro problema é o desmatamento próximo ao rio Breu, perto da comunidade San Pablo. Colocamos no mapa os pontos que mostram as partes mais desmatadas no Brasil (Reserva Extrativista Alto Juruá) e no Peru, e que tem roçados grandes. São 23 áreas desmatadas que não estão sendo aproveitadas.

No mapa, temos também os locais de moradias próximas as Comunidades Nativas ou aldeias principais. Estas moradias são chamadas de anexos, ou seja, não são consideradas comunidades nem aldeias.



Oficina etnomapeamento binacional nas bacias do Juruá, Amonia, Breu e Alto Tamaya. Foto: José Frank de Melo Silva, 2013.

Depoimento de Edwin Chota, liderança da Comunidade Nativa Alto Tamaya-Saweto assassinado em setembro de 2014.

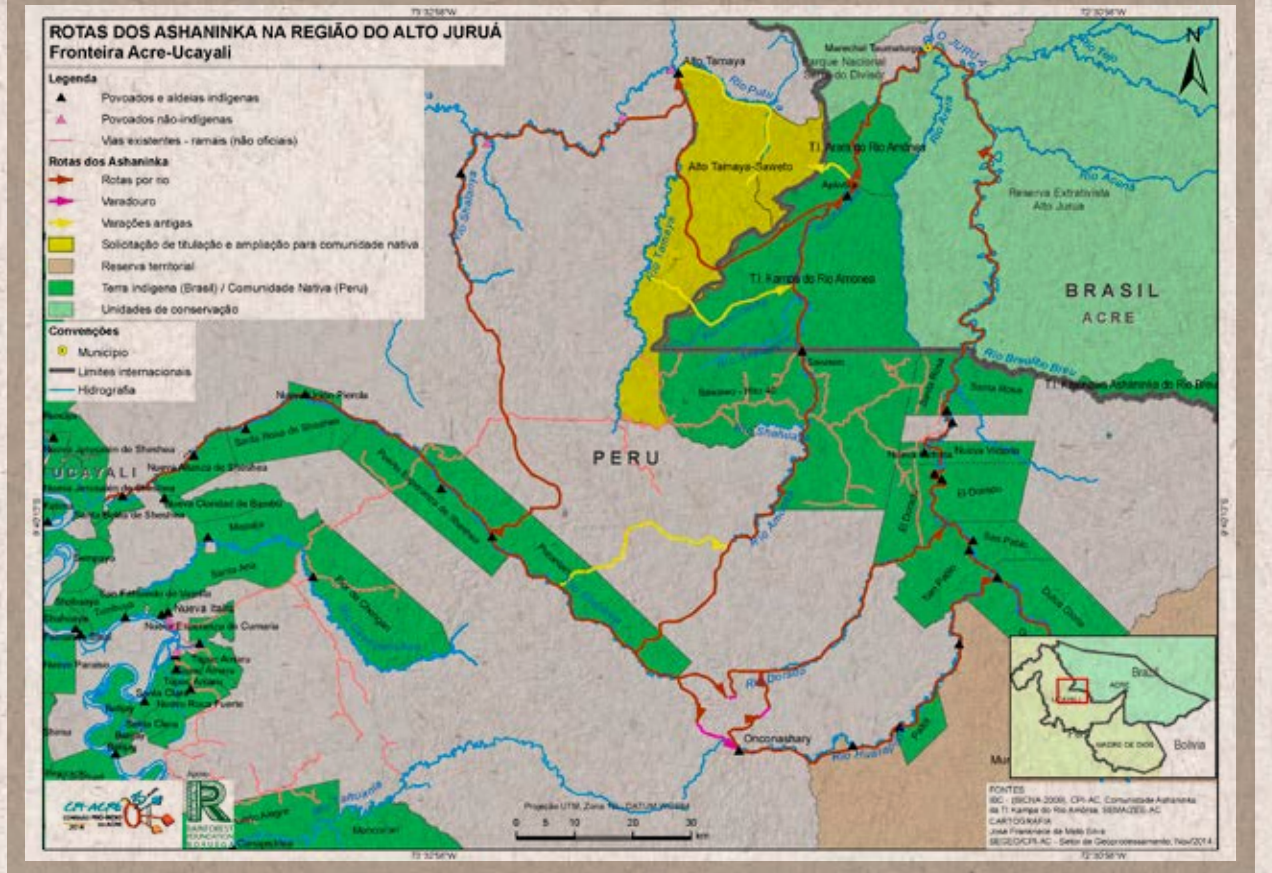
No mapa, identificamos a invasão de colonos que se encontram dentro do nosso território. São famílias que estão à beira dos rios Putaya e Alto Tamaya. Essas famílias se dedicam a criação de gado, por isso a presença de campos de pastagem. Tempos atrás, essas famílias trabalhavam na extração de madeira com o uso de trator e próximo à nossa comunidade, no outro lado do rio, tornando-se uma ameaça para nós.

Em relação às articulações políticas que temos com a aldeia Apiwtxa, no Brasil, fazemos por um varadouro central, em um local que demos o nome de Maloca Saweto. É o local onde descansamos quando atravessamos (a fronteira) para chegar até a Apiwtxa. São 10 horas de caminhada. Quando caminhamos lentamente, fazemos de um dia para outro.



Liderança Edwin Chota. Foto: Malu Ochoa, 2013.

No mapa das ameaças também temos a pesca com veneno que vem acontecendo no rio Putaya. Fizeram uma produção grande. Temos uma briga grande com eles.



Depoimento de Komayari Ashaninka da aldeia Apiwtxa, explicando o mapa  
"Caminhos e varações do Povo Ashaninka"



Komayari Ashaninka. Foto: Malu Ochoa, 2013.

No mapa identificamos os caminhos antigos, os caminhos permanentes e também as estradas que têm o trânsito dos povos indígenas, principalmente, dos Ashaninka que vão para o outro lado da fronteira para visitar o parente.

A gente identificou que existem três tipos de caminho para varar e quatro rios principais para fazer a varação. Meu pai falou também (ele veio do Ucayali, pelo Sheshea, descendo pelo Juruá), que tem outro varadouro do Amônia para o Sheshea, pela cabeceira do Sheshea. Eles falaram que tem dois varadouros, um por cima e outro por baixo, por onde os Ashaninka vieram.

A estrada que foi aberta pelos madeireiros mudou a dinâmica das migrações e causa impactos. É importante entender o fluxo das origens. Antes da estrada, eram os varadouros mais longos que existiam e por aí se formaram as moradias pelo Amônia. A estrada vem desativando os varadouros e os varadouros estão servindo mais como pique de caçada do que para fazer a varação como era antigamente. É uma estrada grande que vem da beira do Ucayali até

Tipisca (Puerto Breu). O ramal de terra está sendo muito utilizado para se locomover de um lugar para o outro. Hoje, as cabeceiras do Juruá, do Amônia e do Sheshea não se usam mais por causa da estrada. Tinha varadouro do Sawawo que varava para Tipisca, agora vai pela estrada.

Para os povos indígenas os varadouros são muito importantes porque visitamos os nossos parentes e, se gostamos de um lugar, ficamos para morar. Foi assim como todos nós fizemos, inclusive, meu pai que veio do Sheshea.

A gente também sabe a importância do mapa histórico. Cada pessoa conta uma história sobre como eles vieram, de onde eles vieram. É muito importante quando juntam as informações como estamos fazendo no nosso mapa. A participação das pessoas é muito importante porque elas conhecem os caminhos antigos, aonde era muito transitado. É uma forma de proteção, de cuidar do território e das ameaças. Essas relações entre os parentes fazem parte da cultura. O mapa histórico faz a gente descobrir a origem das famílias, pois mostra de onde nossos pais vieram.

Depoimento de Pedro Monteluisa da Asociación de Comunidades Nativas para el Desarrollo Integral Yono Sharakoiay (Aconadiysh), no Peru, sobre os encontros do Grupo de Trabalho Transfronteiriço



Pedro Monteluisa da Aconadiysh. Foto: Malu Ochoa, 2013.

Participei de cinco eventos do GTT. Em 2009, como organização, solicitamos para a Apiwtxa trabalhar de forma coordenada. Em outubro de 2009, programamos um evento que se realizou em 2010. Vejo, como técnico da organização Aconadiysh, que estamos trabalhando dentro de um plano baseado em levar um modelo de desenvolvimento para os povos indígenas. É difícil entender e compreender quando falamos de desenvolvimento econômico para povos indígenas, nem o Estado o entende, por isso o Estado se dedica a extrair os recursos naturais. Tenho entendido também que tiveram eventos importantes, tanto do lado do Brasil como do lado peruano, com a finalidade de extrair recursos. Mas nós realizamos estes eventos com a finalidade de defender os nossos recursos.

Em relação à integração, nós, indígenas, temos avançado. Sempre coloco isso nos eventos e reuniões que nos convidam por parte do governo. Avançamos como indígenas enquanto o Estado faz eventos e não vemos resultados. É nisso que vai a crítica nossa em relação ao Estado. Sou um dos discípulos da liderança e da ideologia da Apiwtxa, que está pensando na nova geração. E é por isso estamos aqui. Temos tirado compromisso baseado nisso. Estamos trabalhando, mas ainda não é o suficiente. Temos que continuar trabalhando em coordenação com vocês, junto às ONGs que apoiam os povos indígenas. Temos que contar com eles.

# AS INVASÕES MADEIREIRAS NA FRONTEIRA ACRE-PERU

*A discussão sobre a prática de retirada ilegal de madeira na fronteira do Acre com a região de Ucayali, no Peru, acontece desde 2004. As áreas mais afetadas estão na Terra Indígena Ashaninka do Rio Amônia, no Parque Nacional da Serra do Divisor, e na Reserva Extrativista do Alto Juruá.*



*Invasão de madeiros na TI Kampa do Rio Amonea. Foto: IBAMA, 2004.*

## O caso da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia do povo Ashaninka

A invasão de madeiros vindos do Peru na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia remonta ao final da década de 1990. A partir dessa época o Peru viveu um momento no qual a exploração madeireira se constituía como grande alternativa econômica que, por sua vez, era apoiada pelo poder político peruano. Tal atividade na região de fronteira com o Brasil acabou por invadir o território brasileiro. As invasões fizeram com que surgissem as primeiras denúncias feitas pelos Ashaninka. Porém, o poder público brasileiro nada tinha feito até então para que fossem tomadas as devidas providências relativas aos danos que já se apresentavam à floresta e à terra indígena.

Em consequência, os Ashaninka decidiram se manifestar de modo mais forte ameaçando expulsar os invasores peruanos. A denúncia através da imprensa regional e nacional, e também no blog da comunidade, teve repercussão internacional, culminando na Operação Ashaninka, em janeiro de 2001. Constituída pela Polícia Federal (PF), Força Aérea Brasileira (FAB), Instituto Brasileiro do

Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC), e Polícia Militar de Cruzeiro do Sul, confirmou-se que a invasão tinha ultrapassado 10 km da fronteira, e que foi retirada madeira de lei da terra indígena do povo Ashaninka e do Parque Nacional da Serra do Divisor.

No entanto, por falta de vigilância e fiscalização nas áreas, as explorações tiveram continuidade entre 2001 e 2004. No ano de 2003, o povo Ashaninka denunciou a ineficiência dos órgãos do Estado no que diz respeito à proteção das fronteiras, ao Ministério Público Federal (MPF). A partir dessa pressão, o IBAMA, a PF e o Exército fortaleceram a vigilância das fronteiras, principalmente, na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, e no Parque Nacional da Serra do Divisor. Através de operações periódicas, flagraram dezenas de madeiros clandestinos peruanos e destruíram ramais e acampamentos apreendendo 150 pranchas e 20.30 metros cúbicos de madeira serrada.

## A história se repete

Em setembro de 2011, os Ashaninka que vivem na aldeia Apiwtxa, no Acre, e na comunidade Saweto do alto rio Tamaya, no Peru, ganharam a mata em uma missão transfronteiriça. O objetivo foi buscar vestígios para demonstrar mais uma vez a ação ilegal de madeiros peruanos na fronteira. A missão encontrou um acampamento no lado peruano a 200 metros do Brasil e próximo a uma estrada. Também foram achadas árvores de cedro e mogno marcadas para derrubada e retirada na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, no Brasil. A descoberta marcou a volta de uma estratégia conhecida no passado pelos índios: os madeiros montam acampamento próximo à linha demarcatória para retirar a madeira no território brasileiro. Esta iniciativa mobilizou mais uma vez o IBAMA, a Funai e Polícia Federal.

No mês de abril de 2014, um grupo composto por oito madeiros peruanos foi detido por autoridades brasileiras, em uma operação coordenada pela equipe do ICMBio, porque estava explorando a área sul do Parque Nacional da Serra do Divisor, no Acre. Além disso, moradores do rio Juruá Mirim denunciaram que o Parque Nacional está sendo invadido por madeiros peruanos. Eles pedem às autoridades acreanas urgência na tomada de providências contra esses madeiros que, desde o ano passado, vem explorando ilegalmente madeiras nobres na região dos igarapés Preto e Velho Chico, afluentes do rio Juruá Mirim, na área sul do Parque Nacional. Todas essas denúncias foram noticiadas no site da organização não-governamental SOS Amazônia e também teve repercussão na imprensa regional e nacional.

## Depoimento da liderança Ashaninka Benki Piãko sobre a situação da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia

*A gente sabe os problemas que são comuns na faixa de fronteira. As migrações de um lado para o outro da fronteira, do nosso povo, e também dos não indígenas do entorno da nossa terra. Eles sempre passam no entorno e dentro da nossa terra para ir para o Peru. Esse conflito é uma situação que acarreta certas irresponsabilidades e responsabilidades. Quando eu falo de irresponsabilidade é de quem está indo. O que vai fazer? O que está buscando? O que pode acontecer? É uma situação grave que a gente tem passado com o tráfico de drogas, a retirada de madeira, inclusive, pessoas apoiando o tráfico de madeira na faixa de fronteira. Isso foi muito forte desde 2000. Hoje, a gente está numa nova situação.*

*Acho que aquele impacto das madeiras na nossa terra foi muito importante para o nosso próprio amadurecimento, para poder criar novas alternativas, criar uma metodologia que pudesse suprir as necessidades das comunidades e também fortalecer as lideranças numa ação que pu-*



*Benky Piyãko. Foto: IBAMA, 2004.*

*desse dizer quem nós somos dentro de uma terra indígena. A gente viu tudo aquilo que aconteceu na comunidade Sawawo, no Peru. Foi um exemplo importante para a nossa própria vida e também um exemplo para a vida deles. Eles se viram na época como os "txai do dinheiro". Estava todo mundo com muito dinheiro nas mãos. Cada um ganhava cinco mil dólares na época, cada família. E cinco mil dólares para uma família no meio*

dessa floresta.... Ficaram se achando milionários. E para a gente foi muito forte porque vimos o que aquilo poderia tornar dentro da comunidade, um desequilíbrio. E foi o que se criou, um desequilíbrio com as lideranças porque elas se acharam ricas e as comunidades, que eram vizinhas, eram chamadas de pobres. Começaram a atrair muitas pessoas de outras comunidades indígenas para trabalhar, para ser mão de obra deles. A gente viu que depois de um certo tempo o dinheiro acabou, os madeireiros foram embora, deixaram a terra degradada, deixaram a comunidade perder a sua cultura e sua habilidade política. E para retomar isso tudo a gente sabe que não é fácil. As lideranças viram que estavam num momento muito difícil e entregaram para a juventude, para os jovens trabalharem a administração política da comunidade. Houve um desequilíbrio que trouxe uma crise pra comunidade. Depois de quase cinco anos que pararam de tirar madeira, eles conseguiram se equilibrar. Estão lutando porque acabou o dinheiro. Criaram um certo conforto na época do dinheiro e depois que acabou esse dinheiro não tiveram mais esse conforto.

A gente tem colocado para eles uma outra visão. Na época que eles diziam que nós éramos pobres estávamos trabalhando para manter o nosso equilíbrio e se capacitando para que a gente pudesse mostrar uma diferença. E essa diferença são os exemplos que nós estamos mostrando. Não só apenas para lutar contra essas invasões, mas também orientar sobre essas invasões que estão chegando em nosso território agora. Quando estávamos lutando contra os madeireiros a gente era o povo Ashaninka do rio Amônia, os “brigalhões”. Nós estávamos brigando com todo mundo. Hoje, a gente vê também as comunidades de ribeirinhos, seringueiros, agricultores, os próprios pecuaristas, a própria política do município, e o tanto que foi impactante no lado peruano. Quando viram a grande riqueza que se tinha e que se perdeu, eles correram para ver o que a gente tem. Então, a gente teve que doar a nossa consciência de maneira equilibrada e ao mesmo tempo ver de que maneira essa conscientização pode dar pra eles uma nova visibilidade de sustentabilidade e de equilíbrio.

Hoje, a nossa comunidade tem um projeto com a escola Yoreka Átame, no município de Ma-

rechal Thaumaturgo, e tem mostrado que a nossa sustentabilidade não vem apenas do que a natureza tem, mas como a gente pode introduzir a nossa ciência. Explorar criando alternativas dos produtos florestais para que as comunidade possam tirar certas coisas da natureza e ajudar ela a se manter em equilíbrio e criar um sustento. Hoje, o reflorestamento tem dado pra nós esse equilíbrio. A nossa comunidade criou um certo equilíbrio de manter a nossa alimentação intacta e manter o equilíbrio da própria natureza com o manejo de animais silvestres, o manejo de peixes nos rios, a recuperação dessas espécies. Marechal Thaumaturgo está tentando copiar isso de nós, assim como as comunidades daqui, e as comunidades do Peru, que passaram a querer participar desse projeto. Acho que conseguimos mostrar a nossa competência mesmo sem ter a ciência da academia. A gente conseguiu colocar que a nossa visão pode trazer muita coisa importante pra qualquer direção política.

Criamos dentro da comunidade o reflorestamento e isso foi muito importante. Desde 1989 a gente começou esse trabalho de reflorestamento com cupuaçu e mogno. Em 1993, a gente começou uma análise de tudo que a nossa comunidade vinha desenvolvendo na época, de 1995 até 2001. Quando mudamos para a nova aldeia (atual aldeia Apiwtxa), a gente começou a criar esse trabalho. Foi quando conheci a CPI-Acre mais de perto e isso me fortaleceu muito. Hoje, nós estamos criando a agroindústria de polpa para colocar no mercado uma polpa produzida pela comunidade. Estamos criando possibilidades para as comunidades ribeirinhas do nosso entorno, para se adaptarem também a esse sistema, para manter o equilíbrio e a recuperação das margens dos rios, dos locais que estão sendo hoje desmatados, e para que possam criar o sustento de uma outra maneira. Quando aconteceu o grande desmatamento do assentamento do entorno do nosso território foi uma grande perda para a biodiversidade de madeira e de animais. Os animais foram embora. Hoje, as pessoas não tem mais de onde tirar. E se continuar assim, vai ser pior ainda, vamos ser agredidos para sempre. Então, o nosso projeto de trazer possibilidades para Marechal Thaumaturgo é para barrar certas situações que a gente futuramente vai enfrentar. Esse projeto foi muito estratégico para nós, e pode ser estratégico também para qualquer comunidade do entorno das terras indígenas.

## A cooperação entre os povos indígenas

A articulação binacional entre as instituições e organizações indígenas e lideranças comunitárias se constituiu como uma importante ferramenta de comunicação para a formação e o fortalecimento de alianças estratégicas para a proteção da fronteira. O estabelecimento de contato e diálogo é muito pertinente, tendo em vista que existem povos indígenas em ambos os lados da fronteira que, inclusive, possuem a mesma língua e laços familiares. Nesse sentido, as Comunidades Nativas de Saweto e do Yuruá, do Peru, têm se beneficiado com as trocas de informações com a comunidade Apiwtxa, no Brasil, em suas experiências de gestão territorial e ambiental.

## A luta pela titulação do Alto Tamaya-Saweto

A Comunidade Nativa Alto Tamaya-Saweto luta contra a exploração ilegal de madeira e pela titulação do seu território há mais de 10 anos. Nos encontros promovidos pelo Grupo de Trabalho Transfronteiriço (GTT), suas lideranças tomaram conhecimento dos direitos territoriais dos Ashaninka no Brasil e entenderam a importância dessa titulação para a proteção e vigilância da floresta da fronteira. A comunidade é vizinha a Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, no Brasil, e sua titulação sempre foi vista como importante também pelos Ashaninka que estão do lado brasileiro.

Com o objetivo de fortalecer o intercâmbio de informações entre as comunidades, a CPI-Acre sempre buscou inserir a participação das lideranças de Saweto em encontros do GTT. Dessa troca de ideias, tivemos alguns resultados positivos, como um posicionamento político direcionado para o manejo e a conservação dos recursos naturais, e também o próprio trabalho articulado com a comunidade Apiwtxa para a vigilância e proteção da biodiversidade e dos povos indígenas da região de fronteira.

Em setembro de 2013, em um dos encontros do GTT, a liderança Ashaninka de Saweto, Edwin Chota, declarou que as reuniões binacionais são muito importantes: “Cada representante é um pai de família e as reuniões alimentam as suas cabeças para que sintam e percebam o que estão fazendo e o futuro que nos espera. Nesta integração entre



Lideranças do Alto Tamaya-Saweto na TI Kampa do Rio Amônia. Foto: José Frank de Melo Silva, 2013.

Apiwtxa e Saweto, qual é nossa responsabilidade? Iguamente com os demais parentes do Yuruá, é um trabalho de integração do grupo para mostrar aos governos e orientar. O motivo desse trabalho é olhar fundo, como um espelho, a realidade. Estamos muitas vezes no escuro, sem entender, mas quando vamos conversando vai saindo, vamos vendo a nossa real condição.”

Edwin Chota, solicitava há vários anos do governo peruano a exclusão de concessões madeireiras que estavam sobrepostas ao território da comunidade e que atuavam de forma ilegal na região. Após a repercussão internacional da sua morte e dos outros três líderes Ashaninka, o governo peruano prometeu que concluirá o processo de titulação da comunidade.



Invasão de madeiros na TI Kampa do Rio Amonea - Foto IBAMA 2004

### A exploração madeireira e os povos indígenas isolados

A extração ilegal da madeira no Peru ocorre nas Reservas Territoriais Murunahua e Mashco Piro, destinadas aos povos isolados, e no Parque Nacional Alto Purus. São três áreas com alta incidência de povos em situação de isolamento voluntário. As invasões resultam em “carrerias”, contatos com índios isolados, e conflitos entre povos da floresta por território e recursos naturais. Particularmente preocupante é o projeto da estrada que ligará Puerto Esperanza, na província do Purus, em Ucayali, a Iñapari, no departamento de Madre de Dios.

A estrada cortará o Parque Nacional do Alto Purus e colocará em risco a integridade ambiental da Reserva Territorial Mascho Piro, trazendo alto impacto sobre a grande população de índios isolados que vivem na área. Se construída, a rodovia servirá aos interesses dos empresários das concessões florestais, facilitando o acesso da madeira à estradas maiores e de alcance transcontinental, como a Interoceânica Sul ou Estrada do Pacífico.

No Acre, na fronteira com o departamento peruano de Madre de Dios, existem diversas áreas naturais protegidas: a Estação Ecológica Rio Acre, uma unidade de conservação federal de proteção integral administrada pelo ICMBio, o Parque Estadual do Chandles, administrada pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Acre (SEMA), e as

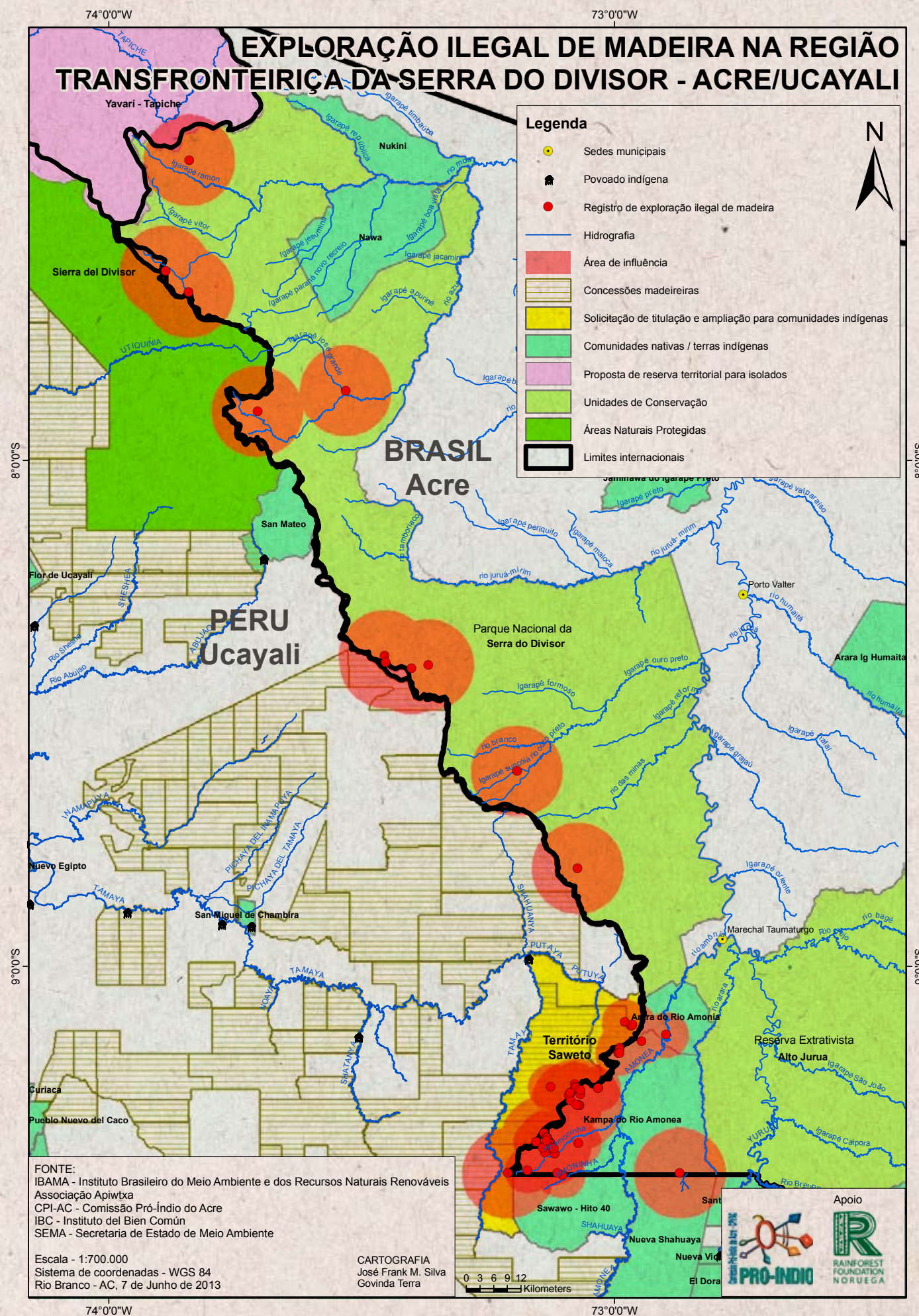
Terras Indígenas Alto Acre, Mamoadate e Manchineri do Seringal Guanabara.

A Funai constatou diversas evidências da presença dos Mascho Piro, grupo de indígenas isolados que percorre áreas entre o território peruano e a Terra Indígena Mamoadate e a Estação Ecológica do Alto Acre, no Brasil. Na TI Mamoadate, bem como na TI Cabeceira do Rio Acre, há evidências da invasão de madeiros vindos das proximidades da Comunidade Nativa Bélgica, localizada no Peru, e vizinhas às comunidades indígenas brasileiras. Na comunidade Bélgica há plano de manejo madeireiro com a empresa Madeireira Rio Yaverija SAC, sob certificação internacional da Rainforest Alliance/Smartwood. Mas alguns problemas vêm se instaurando desde que o projeto teve início, prejudicando as comunidades vizinhas por onde os madeiros avançam.

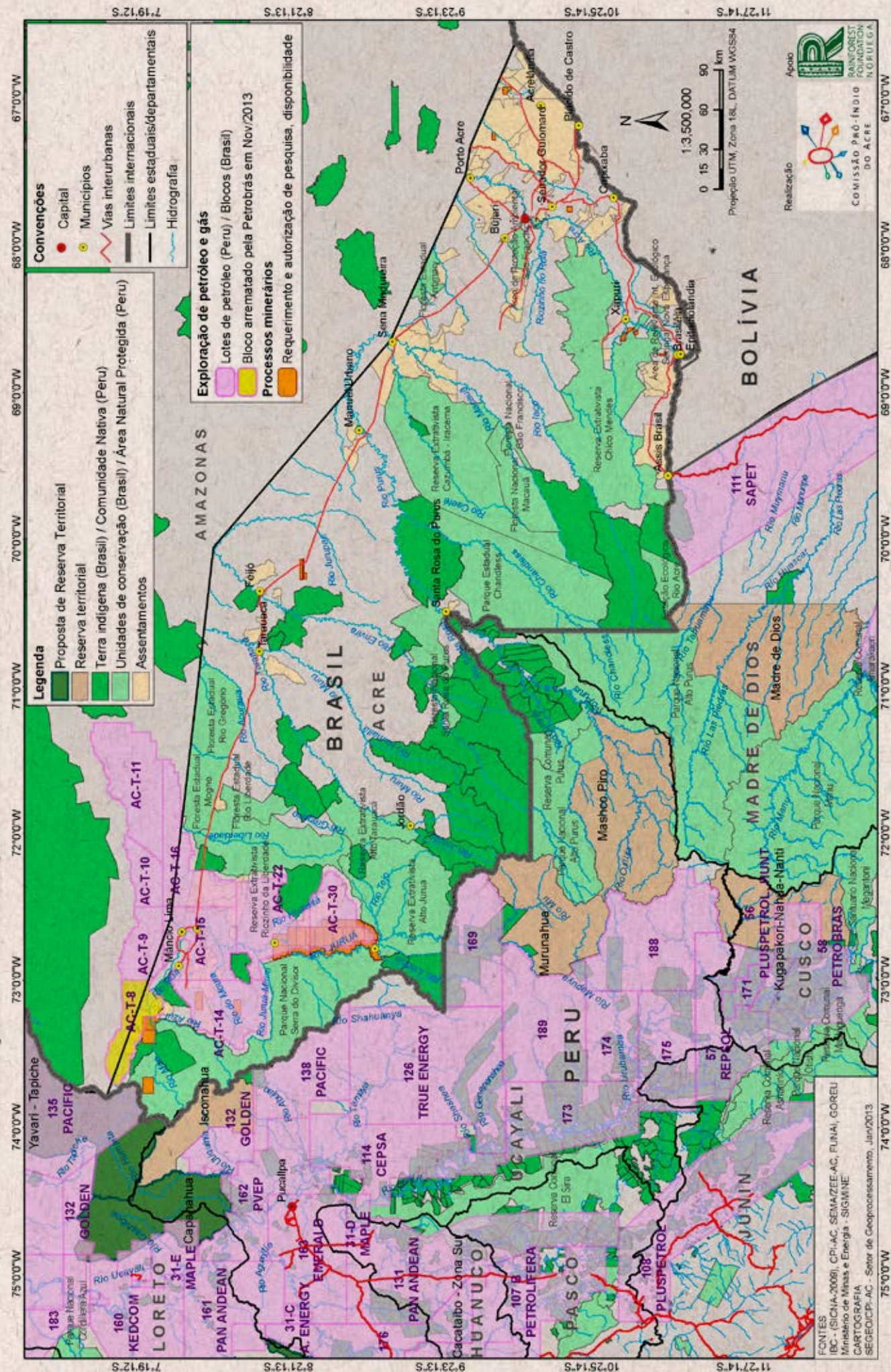
*A estrada cortará o Parque Nacional do Alto Purus e colocará em risco a integridade ambiental da Reserva Territorial Mascho Piro, trazendo alto impacto sobre a grande população de índios isolados que vivem na área.*

Assim, se faz cada vez mais necessário o diálogo, não só entre as entidades governamentais dos dois países, mas também entre as próprias comunidades, para ações de proteção e fiscalização dessa região. Algumas atividades já realizadas em parceria entre a Federação Nativa do Rio Madre de Dios e Afluentes (FENAMAD), a CPI-Acre e a Funai, além do intercâmbio entre as comunidades de fronteira, têm sido fundamentais nesse sentido.

Assim, se faz cada vez mais necessário o diálogo, não só entre as entidades governamentais dos dois países, mas também entre as próprias comunidades, para ações de proteção e fiscalização dessa região. Algumas atividades já realizadas em parceria entre a Federação Nativa do Rio Madre de Dios e Afluentes (FENAMAD), a CPI-Acre e a Funai, além do intercâmbio entre as comunidades de fronteira, têm sido fundamentais nesse sentido.



## EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS E MINÉRIO NA FRONTEIRA ACRE-UCAYALI-MADRE DE DIOS



# BREVE HISTÓRICO DOS ESTUDOS PARA PROSPECÇÃO DE GÁS E PETRÓLEO NO ALTO JURUÁ



Lote de petróleo 169 na fronteira com as TIs Kampa do Rio Amonea, Kaxinawá-Ashaninka do Rio Breu e Resex Alto Juruá.

No Acre, os primeiros estudos sobre a existência de combustíveis fósseis no Juruá aconteceram no contexto de mapeamento de jazidas de petróleo e gás na Amazônia, no período de 1925 a 1938. Foram feitos sob responsabilidade dos geólogos brasileiros Pedro de Moura e Alberto Wanderley, do então Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil. Posteriormente, os estudos foram passados para o Instituto Geológico e Mineralógico do Brasil e, em 1938, para o Conselho Nacional do Petróleo. Em 1936, foram perfurados 11 poços onde atualmente está localizado o Parque Nacional Serra do Divisor. Estas informações encontram-se no relatório “Noroeste do Acre - reconhecimento geológico para o petróleo”.

Em 2007, a Agência Nacional do Petróleo, Gás natural e Biocombustíveis (ANP) contratou os primeiros serviços exploratórios para o Vale do Juruá, dando início a atividade em agosto de 2008. Em 2009, a mesma agência começou o processo de licitação para contratar uma empresa para prestação de serviços de aquisição e processamento de 40.716 registros (sismogramas) de sísmica na Bacia do Acre. Em 2010, a empresa Geradar Levantamentos Geofísicos S.A, de Minas Gerais, foi a empresa vencedora da licitação feita pela ANP para realizar os estudos sísmicos terrestres no Acre e no Amazonas. A empresa mineira conseguiu vencer a concorrência com a proposta de R\$ 53 milhões.



Caldeira utilizada nos primeiros anos de exploração de petróleo e gás, dentro do atual Parque Nacional Serra do Divisor. Foto: Malu Ochoa, 2014.

Entre os anos de 2007 e 2008, o Acre foi contemplado com R\$ 27 milhões para fazer investimentos em pesquisa sobre o potencial petrolífero na sua bacia sedimentar que abrange o Vale do Juruá. Os estudos foram realizados próximo às Terras Indígenas Nukini, Nawa e Poyanawa, no Acre, e à Terra Indígena Vale do Javari, no Amazonas. Portanto, a exploração do petróleo e gás natural abrange os seguintes municípios: Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Porto Walter, Rodrigues Alves, no Acre, e Guajará e Ipixuna, no Amazonas.

Em 2007, começaram os levantamentos aéreos, e entre 2008 e 2010, a fase de estudos químicos. Em 2011, a ANP publicou um documento que reúne e analisa os primeiros resultados das pesquisas com as informações dos dados já obtidos. Tal documento atestou uma possível existência de reservatórios de gás natural. Um deles se estende do rio Batã, na Terra Indígena Vale do Javari, no Amazonas, até o sul do Parque Nacional da Serra do Divisor, no Acre. Durante o ano de 2012, foi iniciada a fase de estudo de sismica terrestre.

A fase das sísmicas ou método sísmico de reflexão é uma pesquisa para verificar a existência de estruturas geológicas que possam conter acumulações de petróleo e gás natural na região. A pesquisa sísmica terrestre é realizada com equipamentos que transmitem e recebem energia que vem de dentro da terra. Segundo a empresa Georadar, são utilizados explosivos que ficam enterrados a cerca de quatro metros abaixo da terra.



Perfuração realizada na busca de petróleo e gás no Juruá. Foto: Malu Ochoa, 2014.

## A 12ª Rodada de Licitações da Agência Nacional de Petróleo

Entre os dias 28 e 29 de novembro de 2013, foram leiloados pela ANP 240 blocos na 12ª Rodada de Licitações de Blocos de Petróleo e Gás Natural, dos quais foram arrematados 72, localizados em 13 setores de sete bacias sedimentares. Entre elas está a Bacia Terrestre do Acre-Madre de Deus (Acre e Amazonas), totalizada em 19.719 km, onde foi arrematado pela Petrobrás o lote AC-T-8 de 1.630,01 km, uma das 9 áreas loteadas na fronteira do Acre com o Amazonas para exploração de gás e petróleo. O lance da empresa brasileira foi de 295 milhões de reais.

Segundo a ANP, a 12ª Rodada de Licitações teve o objetivo de promover a prospecção de pe-

tróleo e gás natural em bacias terrestres, com ênfase em áreas com potencial para gás e ainda pouco conhecidas geologicamente ou com barreiras tecnológicas a serem vencidas. Mas também teve o objetivo de fomentar o conhecimento das bacias sedimentares do Brasil.

A Petrobrás tem o prazo de cinco anos para aprofundar os estudos já feitos pela ANP, tendo o recurso de R\$ 12 milhões para investir. A empresa irá trabalhar na área arrematada com 470 unidades de trabalho. 70% desse investimento precisa ser trabalhado por empresas nacionais, que, por sua vez, demandarão empresas locais.

## Os lotes de petróleo e gás na fronteira

Existe uma grande preocupação dos indígenas com o empreendimento petrolífero ao longo da área de fronteira entre a Amazônia brasileira e peruana. Tanto no estado do Amazonas, como no Acre e, principalmente, no Peru, existem áreas indígenas que estão sobrepostas ou cercadas por lotes destinados à exploração de petróleo e gás. No Brasil, e no Acre, os índios Puyanawa e Nukini têm seus territórios localizados na Bacia Hidrográfica do Vale do Juruá.

No Amazonas, os Matsés que moram no extremo oeste do Amazonas, na tríplice fronteira Brasil-Peru-Colômbia, na Terra Indígena Vale do Javari, têm seu território na Bacia Hidrográfica do Javari, que é binacional (Peru e Brasil) e alvo de várias empresas energéticas no lado peruano da fronteira.

Parte dos blocos petrolíferos estão muito perto dos limites das terras indígenas desses povos ou se sobrepõe às áreas de conservação ambiental em processo de regularização. Eles também incidem em áreas destinadas aos povos em isolamento voluntário que transitam nos dois lados da fronteira.

A 12ª Rodada de Licitações de Petróleo e Gás fez com que os indígenas Matsés, que vivem no Brasil e no Peru, entrassem em estado de alerta e começassem uma articulação para pressionar a Petrobrás a não fazer exploração. Em novembro

de 2013, ameaçaram “entrar em guerra” com as empresas que iniciassem a exploração de gás e petróleo em seus territórios, denunciando os danos ambientais que o empreendimento pode trazer, e alertando para os impactos negativos sobre os índios não contatados.

Em novembro de 2013, o arremate do bloco AC-T-8 pela Petrobrás chamou atenção pela sua proximidade com três terras indígenas. No caso do Acre são as TIs Poyanawa e Nukini, que ficam respectivamente a 10 metros e a 39 metros do bloco. E, ao norte, a TI do Vale do Javari, atingindo diretamente os povos Marubo e Mayoruna, além das populações de índios isolados.

A Funai recomendou à ANP que não seja realizada a exploração de gás ou petróleo em distância menor de 25 quilômetros da Terra Indígena Vale do Javari e destacando a presença de índios isolados. Em suas recomendações, também ressaltou “a existência de reivindicações fundiárias por identificação de áreas e o reestudo de limites de terras indígenas”. Na Bacia do Acre, temos os casos dos Poyanawa, Katukina/Campinas, Nukini e Kaxinawá da Colônia Vinte e Sete. No mesmo parecer, a Funai também destacou o fato da presença de índios isolados na região dos blocos exploratórios da Bacia Sedimentar do Acre. Porém, mesmo com todas as recomendações, o leilão foi realizado.



## A opinião dos indígenas e da sociedade civil

**D**urante o Seminário **Petróleo, Gás e Ferrovia no Juruá: Desafios e Oportunidades para as Comunidades**, realizado pela Comissão Pró Índio do Acre e a Associação SOS Amazônia no dia 14 de abril de 2012, na cidade de Cruzeiro do Sul, representantes de nove povos indígenas, de doze terras indígenas, e de quatro associações indígenas, escreveram uma carta à Presidente da República, ao governo do estado do Acre, à Agência Nacional de Petróleo e às demais instituições envolvidas na prospecção de petróleo e gás na região do alto Juruá.

Na carta, destacaram os vários problemas que terão que enfrentar com o advento de tal empreendimento: a aglomeração de centenas de pessoas na floresta contratadas pela empresa Georadar para trabalhar na prospecção, os impactos na fauna, como a dispersão dos animais que ficam assustados com os sobrevoos, as picadas no meio da mata que prejudicam a caça, principal fonte de subsistência das populações tradicionais e indígenas, e a poluição dos rios pela grande movimentação terrestre e fluvial.

Também defenderam o direito ao diálogo, à consulta, à informação e à formação das associações locais, populações indígenas e tradicionais, através de seminários e encontros, e para que possam tratar do tema de modo mais qualificado.

No dia 24 de abril de 2012, em Cruzeiro do Sul, houve um debate público realizado pela Georadar com o intuito de informar a população local sobre o processamento dos mais de 40 mil registros de sísmica. No entanto, os moradores locais não foram realmente informados sobre quais impactos socioambientais a região poderá sofrer.

As comunidades necessitam saber sobre as consequências das atividades de prospecção de



*Trabalhando no mapa das ameaças: lote de petróleo 169.  
Foto: José Frank de Melo Silva, 2013.*

petróleo, que afetam modos de vida e estimulam a perda de conhecimentos tradicionais. Algumas lideranças indígenas do Acre já analisam os efeitos negativos que tais empreendimentos econômicos podem acarretar tendo como exemplo as explorações de petróleo no Peru.

Nesse caso, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no dispositivo de Consulta Livre Prévia e Informada, não foi devidamente cumprida, já que o artigo 7º diz que, diante de um empreendimento como esse, “os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas próprias prioridades, no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente”.

Apoio

**ASPIRH**  
Associação do Povo  
Indígena do Rio  
Humaita



Parceria



Realização

